

A SOBERANIA ALIMENTAR ANTES E PÓS- -PANDEMIA E A PERCEPÇÃO DO ESTUDANTE DO ENSINO MÉDIO DA DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA SOBRE OS IMPACTOS DO COVID- -19 EM SUAS ECONOMIAS FAMILIARES

Neusila Segatto

Pedro Henrique Silvestre Nogueira

DOI: <https://www.doi.org/10.29327/5365398.2-8>

RESUMO

O artigo traz uma retomada histórica do processo de colonização no Estado de Rondônia e aborda o debate entre dois projetos para o campo: o latifúndio com a implantação do agronegócio, tendo como base a monocultura, que esgota os recursos naturais através de suas técnicas, por meio do uso dos agroquímicos, sementes transgênicas, dentre outros, e, por outro lado, a agricultura familiar que tem como objetivo a resistência do campesinato em busca da permanência das famílias na Terra, na promoção da soberania alimentar arraigada nas propostas de agroecologia visando à produção de alimentos saudáveis. Reitera-se que essas políticas campesinas são promovidas por meio dos movimentos sociais do campo, provando, através da teoria e da prática, a sua importância, tendo em vista que os pequenos agricultores detêm um percentual baixo de Terras comparado aos latifundiários e, mesmo assim, são responsáveis pela produção de aproximadamente 70% dos alimentos consumidos internamente no Brasil. No entanto, este estudo apresenta as principais políticas públicas que foram conquistadas ao longo da história por meio das lutas organizadas nos diferentes movimentos sociais campesinos. O trabalho se centra na percepção dos estudantes do Ensino Médio da disciplina de Sociologia em relação aos impactos provocados pela pandemia da COVID-19 na economia familiar. Vale lembrar que a fome no Brasil é histórica estando enraizada no sistema econômico excludente, que marginaliza milhões de brasileiros, e na crise sanitária, exacerbando as desigualdades sociais e a dificuldade das famílias de acesso ao básico à sobrevivência, isto é, o alimento.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Resistência; Soberania alimentar.

RESUMEN

El capítulo trae una reanudación histórica del proceso de colonización en el Estado de Rondônia y aborda el debate entre dos proyectos para el campo: el latifundio con la implementación del agronegocio, basado en el monocultivo que agota los recursos naturales a través de sus técnicas como el uso de agroquímicos, semillas transgénicas, entre otros y, por otro lado, la agricultura familiar cuyo objetivo es resistir al campesinado en busca de la permanencia de las familias en la Tierra, en la promoción de la soberanía alimentaria arraigada en propuestas agroecológicas, teniendo como consecuencias la producción de alimentos saludables, reiterando que estas políticas campesinas se promueven a través de los movimientos sociales rurales, demostrando su importancia a través de la teoría y la práctica, considerando que los pequeños agricultores poseen un bajo porcentaje de tierra en comparación con los terratenientes y aún son responsables de la producción de aproximadamente el 70% de los alimentos consumidos internamente. en Brasil. Sin embargo, el estudio presenta las principales políticas públicas que fueron conquistadas a lo largo de la historia a través de las luchas organizadas en los diferentes movimientos sociales campesinos. El trabajo se centra en la percepción de los estudiantes de la Escuela Secundaria de Sociología con relación a los impactos causados por la pandemia de COVID-19 en la economía familiar, recordando que el hambre en Brasil es histórica y está arraigada en el sistema económico excluyente que margina a millones de brasileños y con la crisis sanitaria se exacerban las desigualdades sociales y la dificultad de las familias para acceder a lo básico para la supervivencia, es decir, a los alimentos.

Palabras clave: Agricultura familiar; Resistencia; Soberanía alimentaria.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo o debate sobre a soberania alimentar antes e pós-pandemia e a percepção do estudante do Ensino Médio da escola do município de Santa Luzia D'Oeste - RO sobre a economia familiar nesse período, para isso foi necessária fazer uma retomada histórica da colonização rondoniense até os dias atuais.

Buscou-se fazer uma breve retomada histórica do processo de colonização do estado de Rondônia o qual se caracteriza pelo domínio agrário com suas políticas que reforçam as desigualdades sociais e fortalecem o

latifundiário. Pode-se assim enfatizar que esse processo não é exclusivo dessa região, isto é, está ligado a um artifício global incentivado pelo sistema capitalista, no qual se desbrava fronteiras em nome de explorar as matérias-primas para a busca constante do lucro através do domínio da natureza e dos povos nativos.

Este estudo apresenta, através de fontes históricas, a distribuição de terras e, prova através disso, a importância da agricultura familiar como produtora de alimentos para o consumo interno, mas que, percentualmente, vive-se de uma pequena fração de terras.

Ressalta que o campesinato procura resistir a investidas das políticas nefastas do grande capital através dos movimentos sociais e apresenta uma retomada das lutas por políticas públicas de reconhecimento e incentivo à permanência no campo. Nesse sentido, há lutas pioneiras com movimentos sociais nacionais e internacionais.

Por fim, este trabalho apresenta a entrevista realizada com os discentes da disciplina de Sociologia – Ensino Médio – da EEEFM Juscelino Kubitschek do município de Santa Luzia D'Oeste – RO para verificar a percepção que eles têm dos impactos da Covid-19 em suas economias familiares por meio de uma amostragem aleatória de sondagem qualitativa, na qual temos um retrato da realidade familiar em relação às condições de manter-se nesse momento específico da história.

UMA BREVE RETOMADA HISTÓRICA DO PROCESSO COLONIZAÇÃO

A colonização do estado de Rondônia se caracteriza como uma sequência do processo que faz parte da dominação do setor agrário. Podem-se observar vários aspectos semelhantes em outras regiões do planeta, ou seja, é perceptível a ocupação dos espaços geográficos mais longínquos para garantir a consolidação do território através de políticas que incentivam o

povoamento por meio da colonização, tendo como objetivo primordial, a apropriação das fontes de matérias-primas para dar continuidade na consolidação da fase superior do capitalismo, isto é, o imperialismo. De acordo com Marx (1998 *apud* BOGO, 2005):

Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. As indústrias nacionais tradicionais foram, e ainda são, a cada dia destruídas. São deslocadas por novas indústrias, cuja introdução se tornou essencial para todas as nações civilizadas. Essas indústrias não utilizam mais matérias-primas locais, mas matérias-primas provenientes das regiões mais distantes, e seus produtos não se destinam apenas ao mercado nacional, mas também a todos os cantos da Terra (MARX, 1998 *apud* BOGO, 2005, p. 88-89).

Diante desse cenário, vale ressaltar que, para a consolidação das políticas imperialistas, é formado um conjunto de normas que são construídas ao longo da implantação de um planejamento construído pelos representantes da classe dominante para concretizar o processo de extração de matérias-primas em todas as regiões do planeta.

Tendo em vista que é necessária a aprovação deste projeto por um grande percentual da população dominada, acontecendo diretamente com a utilização de estratégias do atual sistema de produção com investimentos, que segundo Althusser (1987), são os Aparelhos Ideológicos de Estado:

Designamos por Aparelhos Ideológicos de Estado um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas especializadas. [...] como todas as reservas que esta exigência implica, podemos desde já considerar como Aparelhos Ideológicos do Estado as seguintes instituições: [...] o AIE – (sistema das diferentes escolas públicas e particulares); - o AIE (os sistemas políticos que fazem parte os diferentes partidos); o AIE – (imprensa, rádio-televisão, etc.) (ALTHUSSER, 1987, p. 43-44).

Os aparelhos ideológicos do Estado, como os citados pelo autor acima, possuem papel fundamental como disseminador de ideologias que

afirmam ser um projeto que vai levar ao progresso, e, na sequência, a concretização de seus ideais políticos, econômicos e sociais, que disseminam suas ideias e propagandeiam de maneira a persuadir a população com argumentos da necessidade de tal atitude, sem que se venha perceber o projeto nefasto do capital.

Segundo Arruda (1980), a pressão da Inglaterra contra o Brasil nas primeiras décadas do século XIX, logo após o início da Segunda Revolução Industrial, foi intensa e a Inglaterra já avaliava que a forma de trabalho, baseada no escravismo colonial, não era mais viável para o sistema capitalista que vivia o início da sua fase superior que se denomina de período imperialista. As principais medidas adotadas pela Coroa brasileira foi preparar o terreno, ou seja, implantar a comentada Lei de nº 601/1850, a chamada Leis de Terras que dispõe sobre as terras devolutas do império e dizia:

Art. 1º – Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas (terras do Estado) por outro título que não seja o de compra. Excetua-se as terras situadas nos limites do Império com países estrangeiros em uma zona de 10 léguas, as quais poderão ser concedidas gratuitamente (BRASIL, 1850, p. 01).

Observa-se, de acordo com a citação, que houve uma regulamentação do latifúndio em solo brasileiro, no entanto, a terra passa a ser considerada uma mercadoria, cumprindo dessa maneira as exigências do modo de produção capitalista. Tendo em vista que o que antes era a conquista pela terra, agora passa a ser como comprar uma propriedade para retirar o sustento.

História da colonização do estado de Rondônia século XX

No que se refere ao estado de Rondônia sobre a sua colonização, percebe-se que esse mesmo processo de colonização se repetiu em outras regiões do Brasil e do mundo, tendo em vista que se caracteriza com o mesmo

objetivo: abrir caminhos para a exploração de novos territórios que são a locomotiva para alimentar o modo de produção vigente. Podemos citar, como exemplo, o que traz Matias (1997) quando diz ser um esforço do governo e seu representante o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, que empenhados em povoar o referido espaço geográfico, elaboraram campanhas em todo território nacional, principalmente, na região nordeste, onde os fenômenos climáticos, como a seca, forçam a migração da população em busca do sonho por dias melhores.

Atrelada a essa política advinda do cenário mundial, é possível salientar que em cada região, as políticas estatais agem de maneira que favoreça o grande capital de acordo com o tempo e espaço. Segundo Coca (2016), a modernização da agricultura na chamada Revolução Verde, que trazia, em seu bojo, a modernização da agricultura mecanização e incorporação de insumos químicos para garantir o aumento da produtividade do solo e o desbravamento da região amazônica.

A ideia de modernização em geral e, no caso da agricultura, aquela associada à revolução verde, passa a se constituir em objeto de inúmeras críticas, que acabam repercutindo na formulação e implementação de políticas de desenvolvimento regional. Os impactos ambientais produzidos pelo uso intensivo de agroquímicos, poluição e esgotamento de recursos hídricos, desmatamentos etc., somados, no caso dos países latino-americanos, ao agravamento da concentração de terras e expropriação dos segmentos sociais subalternos no campo, tornaram-se, no plano mais estrito, as bases da crítica a esse modelo (PAULA, 2013, p. 225).

A citação acima apresenta elementos de nível global que influenciam na formação da agricultura rondoniense e ressalta que esse modelo de produção, advindo das políticas de colonização dessa região, foi altamente prejudicial, pois trouxe fortes impactos ambientais e contribuiu significativamente para a concentração de terras em mão de poucos, dando força à formação do latifúndio.

Matias (1997) reafirma o importante papel na abertura da rodovia BR-029 (atualmente BR-364) quando o Território Federal do Guaporé, criado no ano de 1943, passou a ter destaque no cenário econômico e político do País, de maneira que o fluxo migratório e o surgimento de vários núcleos, por exemplo, o Projeto de Colonização Integrado PIC no atual município de Ouro Preto D'Oeste, no ano de 1970, direcionava a grande maioria para o setor agrícola e garantia o povoamento dos espaços longínquos de mais de 238 mil quilômetros do território rondoniense até então vazios e fez emergir um forte potencial regional agrícola com mais de cinquenta municípios entre os anos de 1977 e 1995.

Luz, Borges e Silva (2011) fazem uma pequena conjuntura atual da região Amazônica e nos dizem que ela passa por profundas transformações e o Estado de Rondônia não está alheio a elas. Essas mudanças estão vinculadas à expansão do agronegócio, ou seja, a agricultura moderna que está estreitamente ligada à demanda externa. Dessa forma, intensifica-se a migração intrarregional² que, com a modernização agrícola, aumenta a concentração de terras, isto é, está alicerçada no avanço da agricultura capitalista.

Haja vista que o capitalismo propõe para o campo o incentivo à monocultura que é voltada para o grande produtor. Ressalta-se que esse foi um dos primeiros passos para a chegada, décadas mais tarde, do agronegócio por meio das grandes plantações de soja, cana de açúcar, milho, dentre outros.

Distribuição de terras no estado e Rondônia nas últimas duas décadas

² Movimento migratório interno que pode ocorrer no interior de uma região ou estado.

A partir de fontes históricas, pode ser realizado um retrato da atual distribuição de propriedades rurais no Estado de Rondônia nas últimas duas décadas. De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2006) *apud* Silva e Dandolini (2018) no referido estado, os estabelecimentos rurais se encontram na seguinte distribuição: 81% dos estabelecimentos e 27% da área de terras estão destinadas à agricultura familiar; estabelecimento com 100 a 1.000 hectares representam 18% dos estabelecimentos e 39% da área ocupada; 1% dos estabelecimentos e 35% da área de terras estão em propriedades com mais de 1.000 hectares.

Para compreendermos melhor esse panorama de distribuição de áreas de terras no estado de Rondônia, dados mais atuais comprovam o que foi explanado, e se comparado com o que acabamos de apresentar, não é possível visualizar mudanças nesse cenário, mas podemos ter uma noção da importância da agricultura familiar camponesa.

Segundo o IBGE (2018) *apud* Neto, Silva e Araújo (2020, p. 1) revelam que, no “Censo Agropecuário 2017-2018, em Rondônia, 81,3% dos 91.438 estabelecimentos recenseados foram classificados como pertencentes à agricultura familiar, portanto acima da média nacional de 76,8%.” Pode-se afirmar, de acordo com o exposto, que em números de estabelecimentos ocupados por pequenos camponeses, prevalece, no entanto, em relação à extensão de terras ocupadas, que as maiores partes do território estão nas mãos dos latifundiários comprometidos com o agronegócio.

Para Santos (2016), a produção do agronegócio brasileiro é destinada à lógica comercial designada ao mercado no campo. A aquisição de novas áreas pelo Brasil, a ampla quantidade de recursos e o uso de padrões tecnológicos de última geração fazem com que haja o aumento da produtividade, plantios com objetivo na produção de agrocombustíveis e ração para o rebanho europeu. Para satisfazer as necessidades da estrutura do agronegócio e os seus controladores, tudo é concedido. O oposto pode ser

observado na estrutura dos pequenos camponeses - aqueles que realmente se preocupam com a produção de alimentos.

Segundo IBGE (2006) *apud* Santos (2016)

a pequena produção camponesa assume grande relevância para a alimentação no Brasil. Cerca de 70% dos alimentos produzidos e que chegam à mesa dos brasileiros são originados da pequena produção camponesa (IBGE, 2006 *apud* SANTOS, 2016, p. 16).

Constata-se que a agricultura familiar camponesa demonstra sua importância tanto na capacidade produtiva de alimentos de consumo interno no país como também resistindo às investidas do grande capital e às negligências do Estado que não apresenta políticas públicas efetivas de incentivo à produção e permanência do homem no campo. As conquistas, que se tornaram políticas públicas para esse setor, advêm das lutas organizadas através de movimentos sociais camponeses.

RESISTÊNCIA DO CAMPESINATO E A BUSCA PELA SOBERANIA ALIMENTAR

A persistência do campesinato se caracteriza como fator obrigatório para resistir às imposições do atual sistema econômico que está baseado estruturalmente na exclusão e produz e reproduz as desigualdades sociais. Engels e Marx *apud* Coutinho *et al.* (1998, p. 8) afirmam que “A história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classes.”, e é sabido que essas lutas se dão no interior da sociedade.

No entanto, os movimentos sociais desempenharam significativo trabalho na mobilização para lutas e fizeram com que parte dos camponeses sem terras, conquistasse seu pedaço de chão através da organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras – MST.

Para o campesinato resistir na terra, ao latifúndio e às políticas nefastas do Estado, que incitava o êxodo rural - expulsão dos pequenos

camponeses do campo – surge o Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STRs, incentivado pela Comissão Pastoral da Terra - CPT e pela Teologia da Libertação. Por muito tempo, essas entidades foram o combativo e uma das únicas formas de representação dessa classe oprimida.

Além dos movimentos sociais já mencionados, outros movimentos, movidos pela necessidade de luta maior pelo campo, ou seja, necessidade por políticas públicas eficazes surgiram, por exemplo, o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, que segundo Santos (2016, p. 23), “A construção do MPA enquanto movimento tem relação direta com a expropriação dos agricultores familiares imposta pelo governo neoliberal brasileiro na década de 1990.” No estado de Rondônia, no final da década de 1990, o referido movimento emerge entre os STRs combativos que buscavam a luta mais efetiva e de combate às estruturas do sistema capitalista.

O movimento MPA ([s. d.]) *apud* SANTOS (2016) tem como proposta:

1º - Produzir em casa de tudo para comer bem, comida saudável e variada e garantir a subsistência familiar sem depender de comprar comida no mercado.

2º - Produzir para o comércio alguns produtos que tragam boa renda com tecnologias de baixo custo e que dependam o mínimo possível das grandes empresas agroquímicas e seus produtos caros que só dão lucro para eles.

3º - Iniciar imediatamente a mudança de modelo tecnológico, saindo da agricultura química e entrando na agricultura ecológica, também na produção para o mercado (MPA, ([s. d.]) *apud* SANTOS, 2016, p. 27-28).

As propostas apresentadas pelo MPA trazem ao debate uma nova política do fazer camponês, ou seja, produzir para o consumo familiar, para comercializar alguns produtos com o uso mínimo de tecnologias, para que se garanta o baixo custo da produção, evitando o uso dos produtos químicos, os quais prejudicam o solo e o meio ambiente e para transformar a forma de

fazer o cultivo deixando de ser baseada na agricultura de prateleira³ para assumir práticas ecológicas. Assim, ao unir força com outras organizações da sociedade civil, nacionais e internacionais, percebem-se as prioridades para se garantir a soberania alimentar.

As organizações dos diversos movimentos sociais garantem, segundo Altieri (2012), que tanto os movimentos camponeses e indígenas que estão fundamentados na agricultura, e também o movimento internacional Via Campesina, MST do Brasil, vem defendendo que os agricultores precisam do seu pedaço de chão para produzir alimentos para o consumo interno do seu país.

Nesse sentido, ao se tratar da soberania alimentar, a Via campesina questiona o conceito de soberania alimentar apresentada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO instituída em 1945, pós Segunda Guerra Mundial, que segundo Scarabeli e Mançano (2020, p. 37) compreende a “segurança alimentar entendida como o acesso e a disponibilidade de alimentos para todos os seres humanos, independentemente da origem da produção e dos meios de acessá-los.” Preocupando apenas com o acesso ao alimento, não se detendo em resolver problemas estruturais como acesso a terra, produção de alimentos com visão na harmonia ecológica rompendo com o modelo do monocultivo e garantindo a permanência do homem no campo. Nesse viés, a Via campesina apresenta sua proposta segundo Scarabeli e Mançano (2020):

[...] a Via campesina, movimento internacional e autônomo, sem nenhuma filiação política, econômica ou de qualquer outro tipo, que articula 150 organizações em 70 países, constrói o conceito de soberania alimentar que surge da necessidade de combater a fome atacando as suas causas. Esse conceito compreende que o fenômeno da fome é um

³ É a agricultura baseada no uso agroquímico para produzir, tornando-se dependentes das agropecuárias, isto é, mantendo uma rede de comércio e na maioria das vezes endividando o camponês.

problema social e não natural, ou seja, a fome é resultado do regime social, a exemplo do capitalismo que por um lado produz em abundância e por outro, há produção da escassez como método de garantir maior lucratividade com o comércio de alimento oligopolizado pelas transnacionais da agricultura e pecuária (SCARABELLI; MANÇANO, 2020, p. 38).

O conceito de soberania alimentar apresentado pela Via campesina se mostra mais preocupado em resolver as causas da fome no mundo, desnaturalizando as relações de produção e consumo, rompendo com a ideologia capitalista de que o alimento é mercadoria e, só deve ter acesso a ele, quem tem condições financeiras para adquiri-lo. O conceito de soberania também garante o direito do camponês de se fixar na terra e ser soberano na produção de alimentos.

Para se aproximar da soberania alimentar proposta pela Via campesina, as organizações nacionais locais foram atuantes e exigiram do Estado políticas públicas que viessem ao encontro desse conceito, podendo, então, fortalecer: o “Programa Nacional de Fortalecimento de Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)” (SILVA, 2020, p. 8-9).

Aprofundaremos um pouco mais sobre cada uma dessas políticas retomando o contexto histórico que segundo relata Peixinho (2013), o Estado brasileiro apresenta as primeiras medidas direcionadas à alimentação em meados do século XX, quando se reconhecem as consequências da fome e da desnutrição, fortes causadoras de problemas na saúde pública brasileira. E se reconhece a precariedade da alimentação dos trabalhadores e da população como um todo. Entre outras medidas, temos a criação da Comissão Nacional de Alimentação (CNA) e Campanha Nacional da Merenda Escolar que contavam inclusive com pequenas ajudas internacionais.

O PNAE é caracterizado com um dos programas de alimentação

quilombolas, Schottz (2017) *apud* Silva (2020) define que, no mínimo, 30% dos recursos provindos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a compra de merenda escolar, devem ser destinados à aquisição de produtos da agricultura familiar camponesa, priorizando produtos dos assentamentos da Reforma Agrária, comunidades quilombolas e indígenas. Esse programa incentiva e fortalece a produção de alimentos hortifrutigranjeiros para consumo interno e contribui para a garantia de comercialização por parte do pequeno campesinato.

Schottz (2017) *apud* Silva (2020) enfatiza que o PAA possui objetivos básicos relativos à promoção de acesso a alimentos produzidos pela agricultura familiar. Promove a aquisição de alimentos a partir dela, desburocratiza o processo através da dispensa de licitações e destina os alimentos à pessoa em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional. O programa vai além do abastecimento de alimentos com compras governamentais e Schottz (2017) *apud* Silva (2020) reafirma a eficácia dos programas em várias frentes, pois

fortalece circuitos locais e regionais e redes de comercialização, valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o cooperativismo e o associativismo (SCHOTTZ, 2017 *apud* SILVA, 2020, p. 13).

Elencam proposição importante que vem ao encontro da soberania alimentar, e o PRONAF contribui como linha de financiamento ao pequeno agricultor familiar.

De acordo com Carneiro (1997) *apud* Miranda e Gomes (2016) o PRONAF em sua proposta busca

fortalecer a agricultura familiar a partir das demandas dos trabalhadores, o que constituiu um importante avanço em relação às políticas anteriores referentes à organização dos atores da agricultura familiar em suas “lutas” na busca por melhores condições de vida (CARNEIRO, 1997 *apud* MIRANDA; GOMES, 2016,

p. 398).

Embora a burocracia imposta nesse programa seja um entrave para que os pequenos camponeses tenham acesso a ele, por esbarrarem, por exemplo, em questões de regularização fundiária, e isso reafirma que o Brasil é o país do atrasado, aquele que fortalece as desigualdades sociais, há ainda o intuito de trazer uma linha de crédito que considere as questões peculiares da agricultura familiar.

Atualmente, enfrentamos uma grave crise fortalecida pela pandemia da COVID-19. Uma realidade ainda pior do que a vivida na época em se reivindicou por políticas públicas - que são importantíssimas para garantir a soberania alimentar – e que coloca os trabalhadores na minuta da fome.

METODOLOGIA

Para desenvolver o estudo sobre o tema, foram realizadas pesquisas documental e bibliográfica em artigos, *e-books*, livros e periódicos em site confiáveis como Google Acadêmico e Scielo.

A pesquisa de campo se deu com alunos (as) da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio (EEEFM) Juscelino Kubistchek do município de Santa Luzia D'Oeste – RO, que está localizada no centro da cidade e recebe alunado tanto da cidade quanto do campo, sendo que uma parte significativa é provinda da pequena agricultura. O estudo foi realizado com cinco estudantes do 1º e 2º anos do Ensino Médio na faixa etária de 15 a 17 anos, entre eles, duas alunas e três alunos.

Por estarmos em isolamento social, em função da pandemia provocada pela COVID-19, foi necessário desenvolver entrevistas por meio de uma amostragem aleatória de sondagem qualitativa, utilizando ferramentas tecnológicas de informação e comunicação na plataforma *Google Classroom* (Google sala de aula). Houve dificuldade de contato com os estudantes e seus

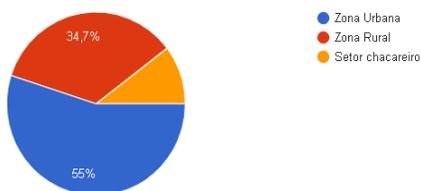
respectivos responsáveis, pois se tratando de alunos menores de idade, foi necessária a autorização pelos pais. Devido à situação exposta, foi desenvolvida apenas uma questão chave: Como você avalia a questão econômica familiar no período de pandemia? Melhorou, manteve-se estável ou dificultou?

A PERCEPÇÃO DO ESTUDANTE DO ENSINO MÉDIO EEEFM JUSCELINO KUBITSCHKEK NO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA D'OESTE – RO SOBRE A ECONOMIA FAMILIAR ANTES E PÓS-PANDEMIA DA COVID-19

O município de Santa Luzia D'Oeste – RO conta com uma população economicamente alicerçada e, em sua grande maioria, a renda provém do campesinato seja de forma direta ou indireta. Analisando, é possível evidenciar no Projeto Pedagógico - PP (RONDÔNIA, 2021, p. 11) da referida escola, que em sua “clientela” predomina a classe sociocultural composta por alunos oriundos dos sítios, chácaras e da cidade. Outra pequena parcela vive do trabalho assalariado ou do funcionalismo público. Atualmente, segundo a pesquisa realizada, o objetivo de reformulação do PP (RONDÔNIA, 2021) justifica-se porque os estudantes, em relação à moradia, estão distribuídos da seguinte forma:

Figura 1 – Estudante/Morada

7 - Em que localidade você mora?
251 respostas



Fonte: Rondônia (2021, p. 17).

Segundo a pesquisa, dos 593 alunos matriculados em 2021, apenas

251 alunos responderam ao questionário. Os dados acima representam uma visão geral dos alunos do Fundamental II e do Ensino Médio. Com essas informações, podemos afirmar que, de acordo com a amostra do estudo, 45% dos estudantes residem na área rural, desse número, 10,3% dos alunos são residentes no setor chacareiro⁴ caracterizado pela agricultura familiar.

Santos (2016, p. 15) afirma que “A questão do acesso ao alimento perpassa diretamente pelo acesso à renda. O problema da fome no Brasil significa uma exclusão premeditada, montada, estruturada para não permitir o acesso ao alimento.” Como já mencionado, é necessário desnaturalizar a visão da fome, se assim não o for, mostra-se a vítima desse processo econômico excludente como sendo o principal responsável.

Na pesquisa realizada com os estudantes para a formulação do PP (RONDÔNIA, 2021) demonstra que, segundo a amostragem, 20,3% dos estudantes dependem do Programa de Transferência de Renda (Bolsa Família) para garantir o complemento da renda familiar, principalmente a alimentação. Nesse contexto, que surge a questão primordial para entender como as famílias dos discentes estão nesse momento de pandemia provocado pela COVID-19, visto que foram pegas de surpresa num momento atípico da história.

Questionados sobre a percepção do estudante em relação à economia familiar antes e pós-pandemia as respostas foram:

Ficou mais difícil para conseguir emprego, pois o medo do vírus faz com que as pessoas tenham menos empregados. (Entrevistado 01).

No sítio se mantém estável e de vez enquanto dificulta um pouco. (Entrevistado 02).

Dificultou, pois com a pandemia muitas famílias entraram em crise financeira. (Entrevistado 03).

Creio que dificultou, pois teve queda de emprego e trabalho, ainda

⁴ Pequenas frações de terras localizadas próximo a cidade.

mais pra quem trabalha na casa de outros. (Entrevistado 04).

Dificultou a renda familiar, pois o salário permaneceu no mesmo valor e as mercadorias tiveram vários aumentos. (Entrevistado 05).

Segundo as entrevistas (*on-line*) com os estudantes percebemos a situação apresentada, ou seja, os discentes, em suas falas, trazem implicitamente a informação que: diminuiu a renda familiar, relatam a diminuição de postos de trabalho, o aumento do custo da cesta básica, o salário-mínimo estagnado e foi realçado o problema do trabalho intermitente no qual não se tem garantias mínimas de permanência no emprego.

Segundo IBGE (2020) *apud* Galindo *et al.* (2021) comprovam, através dos dados que, em comparação a 2016, em 2020 se registra um aumento de 14,9% nos preços de alimentos e bebidas e expressiva elevação de preços nos produtos da cesta básica, sendo o óleo de soja um dos maiores vilões.

Também se pode observar que a crise atual antecede a pandemia instalada. O que houve foi um aceleração do processo de desigualdades sociais devidos à ineficácia das políticas públicas do atual governo, atrelada a efetivação do neoliberalismo acelerados no fim da última década. Ribeiro (2017) *apud* Silva (2020) reafirma que

Noutras palavras, processos que estão relacionados ao desenvolvimento capitalista, não são produto do acaso, mas sim de dinâmicas políticas, econômicas e sociais com espessura histórica (RIBEIRO, 2017, p. 51 *apud* Silva, 2020, p. 03).

Não se pode cair no discurso imediatista auferido até então por algumas autoridades políticas brasileiras.

A importância da agricultura familiar é reforçada na resposta do “Entrevistado 02” quando ele afirma que “No sítio se mantém estável”, isto é, ressalta que o pequeno camponês produz para seu sustento não dependendo de grande aquisição de produtos industrializados para seu consumo, e esse é um dos princípios colocados pelos movimentos sociais:

“Não depender de comprar alimentação no mercado, a não ser aquelas poucas coisas que não têm como produzir em casa” (MPA, ([s. d.]) *apud* SANTOS, 2016, p. 27).

Com a preocupação em relação à insegurança alimentar que vive parte das famílias dos estudantes, a escola procura fazer a distribuição da merenda escolar organizando-a em cestas e convocando as famílias para a retirada dos produtos, assim garante duas frentes: a compra de produtos da agricultura familiar e o alimento ao estudante. Segundo o gestor da escola, a grande maioria das famílias camponesas autorizam a doação das cestas de alimento provindo do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE para outras famílias em precariedade alimentar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante considerar que, desde o processo de colonização, temos a força do Estado defendendo os interesses da classe dominante, enquanto a classe trabalhadora é usada como forma de massa para realizar os objetivos do grande capital. Pode-se afirmar que as buscas históricas da colonização se confundem nesse princípio, ou seja, usam da necessidade dos oprimidos para fazer o seu terreno, assim se realizou a colonização do estado de Rondônia.

O Estado utiliza-se dos aparelhos ideológicos de dominação como as campanhas de colonização que foram fortemente divulgadas em escola, meios de comunicação, instituições religiosas, entre outros, além de contar com os fenômenos climáticos do norte do país, o que fez com que impulsionasse a migração dessas regiões para o estado de Rondônia.

Sobre o conceito de soberania alimentar, arraigado no respeito ao meio ambiente, buscando-se a consolidação da produção por meio da agricultura agroecológica, nota-se que a política defendida pelos movimentos

sociais tem propiciado o fortalecimento desse debate, no entanto, é perceptível que o forte competidor no campo, que se materializa com a comercialização de agroquímico acessível, é a propaganda que convence o camponês de que através da prateleira da agropecuária, encontra-se a solução para seu problema de produção.

Vemos aqui o papel fundamental de parceria com a educação seja formal ou informal, desenvolvida em conjunto com profissionais dessa e outras áreas para que se buscasse uma união tanto em prol da soberania alimentar quanto do cuidado com o meio em que vivemos.

As entrevistas com os estudantes de Ensino Médio contribuíram diretamente nessa reflexão sobre o objetivo de efetivar o conceito de soberania alimentar, alicerçada no mínimo de compra de produtos de mercado, e sim produzir e evitar o uso e/ou erradicar os produtos agroquímicos, os quais prejudicam o solo e enriquecem as empresas, ou seja, uma rede de comércio vivendo à custa do campesinato.

O trabalho reafirma a importância dos movimentos sociais camponeses e da agricultura familiar em todos os momentos da história e, principalmente, nesse momento de crise econômica, política, social exacerbada pela pandemia da COVID-19, que ressaltou ainda mais as mazelas do sistema econômico capitalista.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 3. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.

ALTIERI, M. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista NERA**, [S. l.], n. 16, p. 22–32, 2012. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1362>. Acesso em: 20 ago. 2023.

ARRUDA, J. J. A. **História moderna e contemporânea**. 12. ed. São Paulo: Ática, 1980.

BRASIL. **Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850.** Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Rio de Janeiro, Secretaria de Estado dos Negócios do Império, 20 de setembro de 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850.htm. Acesso em: 25 de ago. de 2023.

BOGO, A. **Teoria da organização política:** escritos de Engels, Marx, Lenin, Rosa e Mao. São Paulo: Expressão popular, 2005.

COCA, E. L. de F. 20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar alternativo. **Revista NERA**, [S. l.], n. 32, p. 14–33, 2016. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4789>. Acesso em: 20 ago. 2023.

COUTINHO, C. N. *et al.* **O Manifesto Comunista:** 150 anos depois Friedrich Engels; Karl Marx. São Paulo: Contraponto, 1998.

LUZ, D. A; BORGES, L. R. M; SILVA, R. G. C. Amazônia, agronegócio e poder: A expansão da fronteira agrícola no município de Vilhena/RO. **Dia a Dia Educação.** Curitiba: Secretaria da Educação, 2011. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/agosto2011/geografia_artigos/6art_amazonia_philcarto.pdf. Acesso em: 25 ago. 2023.

GALINDO, E. *et al.* **Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil.** n. 4. Berlin: Food for Justice Working Paper Serie, 2021. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/files/relatorio%20pesquisa%20Berlim%20UFMG.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2023.

MATIAS, F. **Pioneiros:** ocupação humana e trajetória política de Rondônia. Porto Velho: Gráfica e Editora Maia Ltda, 1997.

MIRANDA, D. L. R; GOMES B. M. A. programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar: trajetórias e desafios no Vale do Ribeira, Brasil. **Soc. & Nat.** Uberlândia, v. 28, n. 3, p. 397-408, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sn/a/3fNL6WnhRDdvTJJcg5KmgNg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 ago. de 2023.

PAULA, E. A. **(Des) Envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental:** dos missionários do progresso aos mercadores da natureza. Rio Branco: Edufac, 2013.

NETO, C. R; SILVA, F. A. C; ARAÚJO, L. da S. de. Artigo - Qual é a participação da agricultura familiar na produção de alimentos no Brasil e em Rondônia? **Embrapa**, Brasília, 08 set. 2020. Notícias. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/55609579/artigo--->

[qual-e-a-participacao-da-agricultura-familiar-na-producao-de-alimentos-no-brasil-e-em-rondonia](#). Acesso em: 25 ago. de 2023.

PEIXINHO, A. M. L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. Brasília. **Soc. & Nat**, v. 18, n. 4, p. 909-916, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/386B5JLGr4qtcmc8FZytzQL/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 ago. de 2023.

Rondônia. Secretaria de Estado da Educação. E. E. E. F. M. Juscelino Kubitschek. **Projeto Pedagógico**. Santa Luzia d'Oeste: Secretaria de Estado da Educação, 2021.

SANTOS, R. M. A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil. **Revista NERA**, [S. l.], n. 31, p. 10–31, 2016. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/3638>. Acesso em: 20 ago. 2023.

SCARABELI, V.; MANÇANO, B. F. O debate paradigmático em torno da insegurança alimentar com base nos conceitos de Segurança Alimentar, Soberania Alimentar e Agroecologia. **Geografia: Ambiente, Educação e Sociedades**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 35–52, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/geoambes/article/view/4246>. Acesso em: 21 ago. 2023.

SILVA, R. G. da C.; DANDOLINI, G. Conflitos agrários e acesso à terra em Rondônia. **Rev. Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 461-479. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/TT7VnM3HmkgjGS7x8LQVSCL/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 21 ago. 2023.

SILVA, M. Z. T. da. A segurança e a soberania alimentares: conceitos e possibilidades de combate à fome no Brasil. **Configurações**, v. 25, 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/configuracoes/8626>. Acesso em: 26 ago. 2023.

SOBRE OS AUTORES

Neusila Segatto

Graduada em Pedagogia (2009) e Licenciada em Sociologia pela Universidade Norte do Paraná – UNOPAR (2020) Pós-graduada *Lato Sensu* em Educação Infantil com Ênfase em Alfabetização pela Faculdade de Rolim de Moura – FAROL (2013) e Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão de Instituição Pública

pelo Instituto Federal de Rondônia – IFRO (2020), Mestra em Educação e Territorialidade pela Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. Educadora e Servidora pública do Estado e RO há 11 anos, desenvolve trabalho voltado a Área de Humanas e Sociais.

E-mail para contato: neusilasegatto@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9760405113591885>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4435-1163>

Pedro Henrique Silvestre Nogueira

Doutorando em Antropologia pela Universidad de Salamanca. Mestre em Educação e Ensino pela Universidade Estadual do Ceará (MAIE/ UECE). Licenciado em Educação Física pela Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza. Professor Assistente do Centro Universitário UNIJAGUARIBE.

E-mail para contato: pedrohenrique.livia91@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5089836092482040>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1533-9387>